

Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina  
Escola Judiciária Eleitoral de Santa Catarina  
Secretaria Executiva  
Assistência de Assuntos Acadêmicos e Pedagógicos - AAAP  
Assistência de Cursos, Eventos e Registros Acadêmicos - ACERA  
Assistência de Ensino a Distância - AEAD  
Assistência de Ações Institucionais - AAI

<http://www.tre-sc.jus.br/o-tre/escola-judiciaria-eleitoral/institucional>

# RELATÓRIO ANUAL

2019

*Relatório de atividades: PAT-2019 e demais projetos da EJESC*

# SUMÁRIO

## Sumário

Ações e Projetos 2019

A Escola Judiciária Eleitoral \_\_\_\_\_ 1

Execução do Plano Anual de Trabalho de 2019 \_\_\_\_\_ 4

Demonstrações Financeiras \_\_\_\_\_ 24

Informações do TRESA \_\_\_\_\_ 24

## A Escola Judiciária Eleitoral

### SÍNTESE

No ano de 2019, a Escola Judiciária de Santa Catarina – EJESC consolidou-se, mais uma vez, como um importante pilar institucional, atuando na capacitação dos servidores e magistrados e também atendendo à demanda social na área de cidadania e educação política, fortalecendo, assim, a imagem da Justiça Eleitoral, objetivando o cumprimento da meta específica da Escola Judiciária Eleitoral: “Promover campanhas voltadas ao eleitor para ampliar os conhecimentos sobre funcionamento do processo eleitoral”.

Em sua estrutura, a EJESC conta com o Conselho Deliberativo e Técnico-Científico; Diretoria; Vice-Diretoria; Conselho Editorial; Divisão de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados; Divisão de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores e Secretaria Executiva.

Sob a coordenação da Secretaria Executiva, que gerencia e fiscaliza os projetos e ações contidas o Plano Anual de Trabalho - PAT, as quatro Assistências (Assistência de Assuntos Acadêmicos e Pedagógicos - AAAP; Assistência de Cursos, Eventos e Registros Acadêmicos – ACERA; Assistência de Ensino a Distância – EAD e Assistência de Ações Institucionais – AAI) concretizaram as diretrizes da Diretoria, que está sempre alinhada com as da Presidência do TRESA.

### DESTAQUES ESTRATÉGICOS

O cumprimento do plano anual de trabalho sempre foi um dos objetivos da Direção da EJESC. Por isso, a atuação da Escola foi pautada no cumprimento dos projetos agendados para o ano de 2019. Além disso, foram executadas outras ações, endereçadas ao atendimento de sua missão institucional: Garantir efetividade ao processo de ensino/aprendizagem dos magistrados, servidores e interessados, e contribuir para a formação da cidadania e aperfeiçoamento da democracia.

# AÇÕES E PROJETOS - 2019

## DESTAQUES FINANCEIROS

Para o exercício de 2019 a Escola Judiciária Eleitoral contou com um orçamento de R\$ 481.201,00.

## DESTAQUES INSTITUCIONAIS

A partir de junho de 2019 foram implementadas ações e projetos para dar cumprimento aos objetivos da Escola:



## PROJEÇÕES

Ao final do exercício foram iniciados os trabalhos de elaboração do Plano Anual de Capacitação, em conjunto com as unidades do Tribunal, bem como a idealização do Plano Anual de Trabalho, contendo os projetos a serem desenvolvidos no exercício de 2020, que conta com a manutenção e continuidade de projetos lançados e com execução iniciada em 2019.

Wilson Pereira Junior

Juiz do Pleno

Diretor da Escola Judiciária Eleitoral de Santa Catarina

Florianópolis, 22 de janeiro de 2019

## Execução do Plano Anual de Trabalho de 2019

### 1. Formação Inicial de Magistrados

**Relevância:** preparação de futuros magistrados eleitorais para efetiva atuação no âmbito eleitoral.

**Síntese:**

Nos termos da Resolução ENFAM n. 2/2016, o curso de formação inicial de magistrados deve contar com um módulo de Direito Eleitoral, a ser promovido pela Escola Judiciária Eleitoral da respectiva unidade da federação. Foram elaborados o programa do módulo e o conteúdo programático, a ser ministrado de 10 a 12 de março de 2020, sob a coordenação do Juiz Diretor da EJESC, Wilson Pereira Junior, e a coordenação pedagógica do Desembargador Jaime Ramos, atual Vice-Presidente e Corregedor e Presidente eleito. Serão abordados, dentre outros, os seguintes temas: Justiça Eleitoral; o Juiz Eleitoral; propaganda; prestação de contas, condutas vedadas e demais temas sensíveis à atuação do magistrado.

A forma de custeio dos ministrantes – por provocação desta Escola – foi objeto do PAE 35.613/2019, já tendo havido as respostas da Secretaria de Administração e Orçamento e da Academia Judicial – CEJUR.

**Público:** Juízes recém-empossados pelo Tribunal de Justiça, que provavelmente atuarão como juízes eleitorais nas comarcas em que serão lotados. De acordo com as informações divulgadas na página da internet da Academia Judicial, serão 32 novos magistrados.

### 2. VII Congresso de Direito Eleitoral

**Relevância:** disseminação do Direito Eleitoral e tratamento de temas atuais sobre a matéria para debate e ampliação do conhecimento.

**Síntese:**

Com o intuito de fomentar a democratização do Direito Eleitoral, o evento reuniu operadores do direito e demais interessados, no Auditório do Ministério Público de Santa Catarina, no dia 21 de novembro. Foram tratados os seguintes temas: Democracia

judicializada; Uso das mídias sociais como forma de propaganda eleitoral e o impacto das *Fake News* no pleito; Combate à desinformação nas Eleições de 2020; *Compliance* partidário; Tensão entre democracia interna dos partidos, candidaturas femininas e distribuição de fundos; Candidaturas avulsas no sistema eleitoral brasileiro. O encerramento foi marcado pela palestra do professor de Direito na Harvard Law School, Mark Victor Tushnet, que tratou dos pontos de contato entre direito constitucional e direito eleitoral no direito norte americano e no brasileiro.

Matéria: [https://www.youtube.com/watch?v=WRjZDnCGB6I&list=PL9-G0Szi9mrsQUWbVo3HCIBYqgC\\_cYIq7](https://www.youtube.com/watch?v=WRjZDnCGB6I&list=PL9-G0Szi9mrsQUWbVo3HCIBYqgC_cYIq7)

**Público:** O evento realizado no auditório do Ministério Público de Santa Catarina (21.11.2019), com a parceria da Ordem dos Advogados do Brasil, da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina e do Ministério Público Eleitoral, contou com a participação de 135 espectadores.

### 3. Colóquio Eleitoral e Formatura do curso de especialização em Direito Eleitoral.

**Relevância:** divulgação e discussão de temas atuais que são vivenciados pelos operadores do direito. Contribuição à disseminação do Direito Eleitoral.

**Síntese:**

No dia 6 de agosto, coincidindo com a formatura do curso de especialização em Direito Eleitoral - UNIVALI (modalidade presencial), foi realizado um Colóquio Eleitoral, com participação do então Conselheiro do CNJ, Juiz de Direito Márcio Schiefler Fontes, do Procurador Geral de Justiça, Fernando da Silva Comin e do advogado criminalista José Edilson da Cunha Fontenelle Neto e mediação do Juiz Diretor da EJESC. Temas desenvolvidos: “Crimes conexos aos crimes eleitorais”, “Combate à macrocriminalidade e à lavagem de dinheiro” (branqueamento de capitais) e “Colaboração premiada”.

**Público:** Além da presença dos formandos, familiares, juízes, membros do Ministério Público, interessados na temática participaram do evento que reuniu aproximadamente 110 pessoas.

## 4. Revista Científica Resenha Eleitoral

**Relevância:** divulgação de artigos científicos, contribuindo para o estudo e aperfeiçoamento do Direito, especialmente o Direito Eleitoral.

### Síntese:

Em continuidade a publicação da Resenha Eleitoral e buscando a melhoria de sua classificação junto à CAPES (atualmente B4), foram lançados três números da revista no ano de 2019. A partir deste exercício, por determinação da Presidência do TRESA, a revista contou com três seções: 1. Resenha Científica (artigos científicos); 2. Resenhas da Resenha (*papers* e/ou comentários a julgados); 3. Jurisprudência Seleccionada (indicação de acórdãos relevantes à dimensão eleitoral).

- Volume 22, números 1-2 (2018). Artigos, resenhas e jurisprudência abordando vários ângulos do Direito Eleitoral. Lançada no Congresso de Prefeitos organizado pela FECAM, em 24 de setembro de 2019.
- Volume 23, número 1 (2019). Artigos científicos com temática voltada à participação política feminina, assim como resenhas e jurisprudência seleccionada. Lançamento do Congresso de Liderança Política Feminina, realizado nos dias 3 e 4 de outubro.
- Volume 23, número 2 (2019). Artigos, resenhas e jurisprudência tratando de temas diversos relativos ao Direito Eleitoral. Lançamento no VII Congresso de Direito Eleitoral Catarinense, no dia 21 de novembro.

Sob a óptica da inovação e da responsabilidade ambiental, foram impressas quantidades reduzidas dos números da revista, que foi também distribuída (volume 22 e 23, n.1) por meio de *flyers* com QRCode de acesso. Todos os números estão disponibilizados na página da EJESC. Além disso, foram confeccionados cartões de visita, também com QRCode, que conduzem diretamente à página onde o leitor pode ter acesso à revista.

Exemplares dos números 23-1 e 23-2 já foram distribuídos a membros do Conselho Editorial, autores, Juízes do Pleno e leitores.

**Público:** No evento realizado pela FECAM foram distribuídos 3.500 *flyers* aos participantes do evento. O lançamento do número 23-1 foi realizado durante o Congresso de Liderança Política Feminina, que contou com um público de 476

participantes. O último número da revista foi lançado no VII Congresso de Direito Eleitoral, com 135 participantes.

## 5. Congresso de Liderança Política Feminina

**Relevância:** Estimular o debate e a reflexão crítica sobre a realidade catarinense e brasileira, com base no estudo do desenvolvimento político e institucional.

### **Síntese:**

O evento contou com a parceria da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina e da Ordem dos Advogados do Brasil – SC, com vista a fomentar o debate contemporâneo sobre a participação feminina na política como forma de incentivar/oportunizar a igualdade nas decisões políticas. Além da apresentação da companhia "Mulheres na Política. Elas Podem. O País precisa.", os temas abordados foram: Representatividade das Mulheres na Política; Fundos Públicos e o Financiamento de Campanhas Eleitorais; As Mulheres nos Partidos Políticos; Liderança Sustentável; Políticas Públicas para as Mulheres; Gestoras Públicas: compartilhando experiências de liderança; O Desenvolvimento de Liderança no Setor Público.

O evento ainda contou com oficinas paralelas: Semeando margaridas: o empoderamento feminino juvenil como caminho para a igualdade (na) política; Procuradoria da Mulher; Empreendedorismo Feminino e Política. Liderança Feminina na Política: desafios e estratégias; Elas Pedem Vista - Juíza e debate sobre discriminação e igualdade de gênero; Oficina Mulheres na Política: o que preciso para ser candidata? Do Planejamento à Propaganda.

**Público:** Foram 476 inscritos no evento principal e 263 inscritos nas oficinas que trataram de questões relevantes para o tema discutido no congresso, além de demais espectadores que prestigiaram a exposição de arte montada na entrada do evento.

## 6. Congresso de Prefeitos – FECAM

**Relevância:** difusão de temas sensíveis aos operadores do direito que atuam na seara eleitoral, como contribuição ao fortalecimento da democracia.

### **Síntese:**

A participação da EJESC no evento se deu por meio de: lançamento da revista Resenha Eleitoral, volume 22, números 1-2; palestra proferida pelo seu Diretor, Juiz Wilson Pereira Junior, na qual foi abordada temática eleitoral com finalidade de alcançar gestores municipais, buscando práticas legítimas e alinhadas ao princípio democrático; palestra do servidor Hugo Frederico Vieira Neves, a respeito da participação feminina; estande do TRESA, ostentando materiais da AEPE, da CRE, da própria EJESC, considerados materiais de divulgação institucional, como "Mulheres na Política. Elas Podem. O País Precisa." e do Programa Qualifica, bem como divulgação prévia do Congresso de Liderança Política Feminina.

**Público:** aproximadamente 3.500 participantes.

## 7. Programa Qualifica – Mandato de Excelência

**Relevância:** formação de rede de âmbito municipal, estadual e federal, com vista à cooperação institucional na promoção da qualificação (i) dos agentes políticos eleitos, em Santa Catarina, e seus gestores do pleito de 2018 e (ii) dos candidatos, dos agentes políticos eleitos, em Santa Catarina, e seus gestores do pleito 2020, visando a aprimorar a gestão pública, prevenir irregularidades e desenvolver uma visão ampla e integrada da administração e da atuação parlamentar, favorecendo a reflexão e o debate sobre a ética pública, a democracia, a cidadania e a responsabilidade dos Poderes Executivo e Legislativo perante a sociedade.

### **Síntese:**

Iniciado em 2016, o programa busca a promoção da qualificação dos agentes políticos eleitos em Santa Catarina, por meio de palestras, seminários, cursos e eventos, teóricos e práticos, que envolvam as atividades públicas a serem desenvolvidas.

No exercício de 2019, o programa ganhou força e novos parceiros, culminando com assinatura de aditivo ao convênio relativo às eleições 2016 e convênio atinente às eleições 2018 e 2020, que passou a contar com as seguintes instituições: TRESA - ALESC - MPSC - TCESC - UDESC - FECAM - UVESC - IBGE - BANCO DO BRASIL - FUNDAÇÃO ESCOLA DE GOVERNO - OABSC - CRA/SC - PGESC - SECRETARIA DA FAZENDA SC - FIESC - MPCSC - CREA - CORPO DE BOMBEIROS - CAU/SC - ESCOLA DE GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - CONSÓRCIO CIGA.

O Ministério Público de Santa Catarina sugeriu tópicos a serem abordados pelo Qualifica. O site está sendo reformulado, ficando a parte técnica a cargo do Consórcio CIGA e o conteúdo pela EJESC.

Realizou-se a coordenação das quatro reuniões do Programa Qualifica, na Sede do TRESP, e a celebração dos termos (i) aditivo (Eleições 2016) e (ii) de convênio (eleições 2018 e 2020), com a elaboração das minutas, inclusão das modificações solicitadas pelas assessorias jurídicas dos parceiros e confirmação da presença com ou sem assinatura de representantes dos parceiros.

**Público:** o programa tem por escopo atingir gestores municipais e parlamentares eleitos, o que representa um grande número de envolvidos, especialmente no âmbito municipal, vez que Santa Catarina possui hoje 295 municípios.

## 8. Programa Mesários Universitários

**Relevância:** o envolvimento do eleitor nas ações da Justiça Eleitoral contribui para o fortalecimento da democracia e, no caso específico, os estudantes universitários, além de participar do processo eleitoral podem computar as horas laboradas como de atividades extracurriculares.

### **Síntese:**

Por meio de convênio com diversas instituições de ensino superior, tem-se propiciado a conversão de horas de realização de trabalhos eleitorais em horas atividades extracurriculares, visando à complementação de seu ensino e aprendizagem. Estão abrangidos os serviços prestados à Justiça Eleitoral nas funções de mesários, escrutinadores, auxiliares eleitorais, delegados de prédio ou outras atividades desenvolvidas em função do pleito eleitoral, nas áreas de interesse da Justiça Eleitoral.

No ano de 2019 foram realizados seis novos convênios: Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC/SC); Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI/SC); Faculdade Borges de Mendonça; Centro Universitário Municipal de São José; Faculdade CNEC – Itajaí; e Sociedade Educacional Concórdia Ltda (SEC).

**Público:** Tendo em vista a abrangência do modelo proposto, há possibilidade de vários acadêmicos participarem do projeto.

## **9. Projeto Cidadania, Participação e Direitos Humanos. *Voz & Vez: Direitos Humanos e Política nas Escolas.***

**Relevância:** O projeto tem por objetivo a inclusão social, política e econômica de crianças e jovens matriculados na rede pública de ensino médio (consciência cívica acerca dos direitos e da importância das políticas públicas).

### **Síntese:**

Por meio de parceria com a Secretaria de Estado da Educação e com a UNIVALI, o projeto visa à disseminação de conhecimentos acerca dos direitos humanos e sua intersecção com o exercício da democracia, onde todos os envolvidos são partes ativas na construção da cidadania.

Representantes das instituições parceiras do Projeto “Voz & Vez: Direitos Humanos e Política nas Escolas”, Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina (TRESC), Secretaria de Estado da Educação (SED) e Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI), se reuniram no final de 2019 para planejar as próximas etapas do projeto para 2020, que visa à educação cidadã para jovens das escolas da Rede Estadual catarinense.

Estiveram presentes na reunião a diretora de ensino Zaida Jeronimo Rabello Petry e a professora Olives Marcondes do Espírito Santo, pela SED, o secretário executivo da EJESC, Ayrton de Mendonça Teixeira, e, representando o Observatório do Sistema Interamericano de Direitos Humanos da UNIVALI, os professores Luiz Magno Bastos Junior e Rodrigo Mioto dos Santos.

Entre os assuntos discutidos estavam a definição das fases futuras do projeto, com estimativas de datas, a necessidade de transporte para os alunos cadastrarem a biometria nas Zonas Eleitorais e as tratativas para o aditamento do Convênio 21/2018.

A primeira reunião havida entre o Presidente do TRESC e o Juiz Diretor da EJESC com o Governador de Santa Catarina e o Secretário de Educação ocorreu em 20.5.2019: <http://www.sed.sc.gov.br/secretaria/imprensa/noticias/30283-governo-discute-investimentos-na-educacao-e-avanca-na-parceria-com-tre>

Foram realizadas, na mesma época, duas reuniões com a ALESC. Da primeira participaram o Presidente da ALESC e o Presidente do TRESC e o Diretor da EJESC. Da segunda, o Presidente da ALESC, a Presidente da Escola do Legislativo, o Diretor, a Vice-Diretora e o Secretário Executivo da EJESC. Em ambas restou acertado o custeio das despesas pela Assembleia Legislativa.

## AÇÕES E PROJETOS - 2019

Desde então, a Vice-Diretoria e a Secretaria Executiva da EJESC, a Diretoria de Gestão da Rede Estadual da Secretaria de Educação e a UNIVALI realizaram novas reuniões para acertar os detalhes da celebração do projeto e os assuntos operacionais. Por outro lado, a Vice-Diretoria e a Secretaria Executiva da EJESC deram notícia dos detalhes do projeto à Comissão de Educação da ALESC, à Escola do Legislativo e à Diretoria-Geral da ALESC. Realizaram reunião com o Diretor-Geral da ALESC, quando foi apontada a possibilidade de custeio de acordo com tabela da Escola do Legislativo (valores e itens descrito no Ato da Mesa n. 487, de 6 de setembro de 2017). A partir do acerto, houve a adaptação do modelo de custeio, com envio - no início de outubro - à ALESC de ofício da Presidência deste Tribunal com minuta de convênio.

Em vista da ausência de resposta por parte da ALESC, a Presidência deste Tribunal e a Diretoria da EJESC realizaram nova reunião com o Governador do Estado e o Secretário de Estado da Educação: <http://intranet.tre-sc.gov.br/comunicacao-social/noticia/2019/12/tre-sc-e-governo-do-estado-realizarao-cursos-para-educacao-cidada-em-2020/>

Na reunião, ocorrida em 11.12.2019, o Executivo estadual aceitou o encargo financeiro do projeto, ficando acertado que os detalhes técnicos continuariam sendo tratados por Vice-Diretoria e Secretaria Executiva da EJESC, Diretoria de Gestão da Rede Estadual da Secretaria de Educação e UNIVALI.

A reunião entre as equipes técnicas após a última reunião da Alta Administração do TRESA e do Governo do Estado foi realizada em 18.12.2019: <http://intranet.tre-sc.gov.br/comunicacao-social/noticia/2019/12/tre-sc-sed-e-univali-se-reunem-para-discutir-projeto-de-educacao-cidada-nas-escolas/>

Em reunião técnica de 24.1.2020, foi tratada a forma de contratação da UNIVALI pelo Executivo estadual, com o pedido de que as eleições nas escolas ocorram - em decorrência da demora no posicionamento da ALESC - em novembro ou dezembro.

O projeto é tratado no PAE 24.643/2019.

Origem do Projeto	
<b>Convênio nº 21/2018 - TRESA + SED</b>	<b>Objeto:</b> Inclusão social, política e econômica de crianças e jovens matriculados na rede

# AÇÕES E PROJETOS - 2019

	pública de ensino médio (consciência cívica acerca dos direitos e da importância das políticas públicas)
--	--

Alcance do Projeto	
<b>Municípios atingidos</b>	72
<b>Escolas envolvidas (adesão)</b>	84 escolas
<b>Alunos das escolas envolvidas</b>	47.860 <sup>1</sup>
<b>Funcionários das escolas</b>	4.719 <sup>2</sup>
<b>Professores cursistas em 2019</b>	385 (inscritos no AVA)

Referenciais Normativos
<i>Base Nacional Comum Curricular</i>
<i>Diretrizes Nacionais Gerais para a Educação Básica</i>
<i>Diretrizes Nacionais para o Ensino Fundamental de Nove Anos</i>
<i>Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos</i>

## Especificação do alcance atual nas escolas por mesorregião

1 Número total de alunos dos anos finais do ensino fundamental e do ensino médio das escolas envolvidas segundo o último censo escolar.

2 Número total de funcionários (incluindo professores) das escolas envolvidas no projeto segundo dados do último censo escolar.

# AÇÕES E PROJETOS - 2019

<b>OESTE</b>			
<b>Municípios atingidos</b>	<b>Escolas inscritas</b>	<b>Professores inscritos</b>	<b>Professores que acessaram o ambiente</b>
20	23	107	65
<b>GRANDE FLORIANÓPOLIS</b>			
<b>Municípios atingidos</b>	<b>Escolas inscritas</b>	<b>Professores inscritos</b>	<b>Professores que acessaram o ambiente</b>
5	5	22	17
<b>NORTE</b>			
<b>Municípios atingidos</b>	<b>Escolas inscritas</b>	<b>Professores inscritos</b>	<b>Professores que acessaram o ambiente</b>
11	11	48	28
<b>VALE DO ITAJAÍ</b>			
<b>Municípios atingidos</b>	<b>Escolas inscritas</b>	<b>Professores inscritos</b>	<b>Professores que acessaram o ambiente</b>
18	19	103	67
<b>SUL</b>			
<b>Municípios atingidos</b>	<b>Escolas inscritas</b>	<b>Professores inscritos</b>	<b>Professores que acessaram o ambiente</b>
11	15	83	59
<b>SERRANA</b>			
<b>Municípios atingidos</b>	<b>Escolas inscritas</b>	<b>Professores inscritos</b>	<b>Professores que acessaram o ambiente</b>
5	5	32	18

**Observações:** O trabalho final, do quinto e último módulo do primeiro curso (*Curso de Formação em Direito Humanos para os professores*) é por Grupo de Trabalho (GT),

ou seja, pelo grupo de trabalho formado pelos professores das 84 Escolas. O total de professores que já acessaram o ambiente, até hoje, é de 254. Todas as escolas já têm, pelo menos, um acesso efetuado no ambiente e a projeção até 22.12.2019 era de 84 projetos de práticas das eleições simuladas que acontecerão nas escolas entre fevereiro e junho do ano que vem. Cabe ressaltar que o primeiro curso ficará aberto até o final de janeiro para a conclusão, bem como será reaberto para todo e qualquer professor das escolas envolvidas que se interesse por ou participe do projeto em 2020.

## CURSO/ETAPA 01 (2019.2)

Formação dos Professores da Rede Pública de Ensino Médio		
Módulo	Período	Status
Módulo 1 - Educação em Direitos Humanos	18/10 a 24/10	Executado
Módulo 2 - Direitos Humanos: histórico, conceito e dimensões	25/10 a 31/10	Executado
Módulo 3 - Direitos políticos como direitos humanos	01/11 a 07/11	Executado
Módulo 4 - Processo eleitoral: elementos básicos	08/11 a 14/11	Executado
Módulo 5 - Prática pedagógica em EDH: eleição simulada	15/11 -	Em execução

**Observação 1:** Oferecido aos professores dos GTS de cada escola, está sendo realizado totalmente à distância (Ambiente Virtual de Aprendizagem) e é conduzido pela equipe do Observatório do Sistema Interamericano de Direitos Humanos da UNIVALI (professores, especialistas, conteudistas e bolsistas), estando já na fase final.

**Observação 2:** Referenciais: (a) cada módulo contou com material didático (texto base e videoaula) e monitoramento a cargo do OSIDH/UNIVALI; (b) o curso é desenvolvido em plataforma Moodle 2.0 (Sophia) sob responsabilidade da UNIVALI; (c) a comprovação do cumprimento das atividades, bem como a certificação, ficará a cargo da Equipe Pedagógica do OSIDH/UNIVALI; (d) foram disponibilizadas até 5 (cinco) vagas

para cada uma das 84 (oitenta e quatro) escolas participantes; (e) a essência do curso é fornecer aos professores referenciais teóricos, normativos e metodológicos que possibilitem que o GT construa um projeto de prática pedagógica a ser implementado na Escola no primeiro semestre de 2020.

**Observação 3:** O curso será reaberto, em 2020, para professores que estejam participando da implementação da prática nas Escolas e que não o tenham cursado. A participação nesta reedição será facultativa, e o último módulo será substituído por um módulo por meio do qual o GT da Escola se engaje em um processo de avaliação estruturada da implementação da prática pedagógica na Escola.

## CURSO/ETAPA 02 (2020.1)

Formação dos Servidores da JE	
Módulo	Período
Módulo 1 - Educação em Direitos Humanos	A definir
Módulo 2 - Direitos Humanos: histórico, conceito e dimensões	A definir
Módulo 3 - Direitos políticos como direitos humanos	A definir
Módulo 4 - Processo eleitoral: elementos básicos	A definir
Módulo 5 - Planejamento estratégico para as ações na Escola selecionada	A definir

**Observação:** Oferecido aos servidores da Justiça Eleitoral que estarão diretamente engajados na sede e nas Zonas Eleitorais com a operacionalização do projeto. Este grupo de servidores é quem estabelecerá o contato direto (e frequente) com o GT da Escola localizada em sua Zona Eleitoral, nas etapas que envolvem interação entre as unidades técnicas do TRE/SC e a equipe diretiva da escola.

## EXPERIÊNCIA DA EQUIPE DO OSIDH/UNIVALI EM EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

Como entidade parceira e executora pedagógica do projeto, os órgãos que inicialmente firmaram o convênio terão o apoio do Observatório do Sistema Interamericano de Direitos Humanos (OSIDH) do Curso de Direito do Campus Kobrasol/São José da UNIVALI (Universidade do Vale do Itajaí). Instituído de forma oficial em agosto de 2014 e tendo como objetivo principal o monitoramento do Sistema Interamericano de Direitos Humanos, o Observatório tem hoje como uma de suas linhas principais de atuação a extensão universitária voltada especificamente para a Educação em Direitos Humanos.

Com efeito, desde março de 2015 o OSIDH/UNIVALI é responsável pela execução do projeto de extensão Educação em Direitos Humanos, que já atuou junto à Rede Municipal de Ensino de Palhoça (SC), atua internamente na própria UNIVALI e, em especial, atualmente junto à Rede Municipal de Ensino de São José (SC).

### CURSO/ETAPA 03 (2020.1)

Implementação da Prática Pedagógica (Eleição Simulada)	
Módulo	Período
Delimitação do Colégio Eleitoral	10 a 28 de fevereiro
Escolhas dos Partidos Políticos e Definições dos Programas de Governo	02 a 27 de março
Convenção Partidária e Registro das Candidaturas	30 de março a 03 de abril
Campanha Eleitoral nas Escolas	06 a 30 de abril
Eleição e Proclamação dos Eleitos	04 a 29 de maio

**Observações:** Destinado aos professores da Escola que integram o GT (que passará a funcionar como o órgão da “Justiça Eleitoral na Escola”) e aos demais professores que estarão diretamente envolvidos com as atividades de orientação dos alunos e de organização das etapas do processo eleitoral. O curso ocorrerá no primeiro semestre de 2020 e está estruturado a partir de módulos formativos (sobre os aspectos conceituais

relevantes para esta fase do processo eleitoral), de material complementar (destinando a subsidiar os docentes no tocante ao enfrentamento das temáticas transversais), de material instrucional (sobre como deverão ser operacionalizadas as atividades naquela etapa) e de assessoramento remoto (através das ferramentas de tutoria da plataforma de Ensino a Distância). A prática é “customizável”. Portanto, cada escola vai “executar” o seu projeto integrado “individualizado” que foi produzido no final do módulo 5 do Curso para os Professores, e que foi validado pela equipe de apoio pedagógico do projeto e com a comunidade escolar nas reuniões pedagógicas de planejamento do ano letivo.

As campanhas voltadas ao eleitor para ampliar os conhecimentos sobre o funcionamento do Processo Eleitoral (8.1) serão alinhadas ao projeto Voz & Vez: Direitos Humanos e Política nas Escolas, em decorrência de este último ser “escalável”, haja vista sua metodologia.

O Programa Eleitor do Futuro e a Formação Política do jovem eleitor (8.2) serão alinhados ao projeto Voz & Vez: Direitos Humanos e Política nas Escolas, em decorrência de este último ser “escalável”, haja vista sua metodologia.

## **10. Execução do Plano Anual de Capacitação.**

**Relevância:** A capacitação de servidores é uma ação constante no TRESA, que busca sempre o aperfeiçoamento de seus serviços e a capacidade de inovação.

### **Síntese:**

Em 2019, os recursos de capacitação foram utilizados na contratação de 19 capacitações, bem como 5 assinaturas de plataforma de cursos on-line. Foram pagas diárias para 123 servidores, compradas passagens para 38 pessoas e pagas 92 indenizações de transporte. Foram realizados 19 eventos *in company*, abrangendo 368 participantes, nos formatos de cursos, workshops e palestras. Além disso, os servidores foram autorizados a participar de 21 eventos realizados em Florianópolis.

Os cursos em EAD tiveram a participação de 4.406 estudantes em 27 capacitações. Os assuntos tratados foram atendimento ao eleitor, excelência no atendimento, formação de tutores, gerenciamento de projetos e gestão de contratos.

No decorrer do ano de 2019 foram mantidas as ações que objetivam incrementar o uso de novas tecnologias, tais como interações significativas, criadas através do software

H5P e padlet. Para 2020 pretende-se ampliar o uso de metodologias ativas na educação a distância.

Pretende-se manter a política de disponibilização de cursos no formato sequencial, disponíveis durante o ano inteiro e sem prazo para finalização. Tal política flexibiliza a realização dos cursos pelos estudantes, possibilitando sua finalização no momento mais adequado ao servidor ou colaborador. Foram mantidos nestes moldes os cursos de “Excelência no atendimento ao cidadão” e “Atendimento: novos colaboradores”.

A Assistência de EAD está permanentemente disponível para auxiliar as unidades na criação e disponibilização de conteúdos que resolvam *gaps* de competência dos servidores ou necessidades específicas de capacitação.

Em 2019, os cursos “Moderação de listas de e-mail” e “Plone”, além de todos os episódios do DemocraTlza foram disponibilizados no ambiente de EaD de forma aberta, sem necessidade de inscrição ou prazo de realização. Além destes cursos foi aplicado o curso “Gerenciamento de Projetos Eleitorais” em colaboração com a AEPE e está em fase final o curso de “Gestão de Contratos”, uma solicitação da SAO. Em atendimento a uma solicitação da Coordenadoria de Eleições foi desenvolvido curso para “Treinamento dos Mesários das Eleições da Comunidade” além de realização de adaptação do curso de “Mídias e Urnas Eletrônicas” aplicado aos técnicos de urna nas eleições 2018 ao público das eleições da comunidade.

## **10.1 Processo Judicial Eletrônico nas Zonas Eleitorais**

Por sua relevância, destaca-se – dentre as ações de capacitação do PAC – o Processo Judicial Eletrônico – PJe.

A EJESC atuou na coordenação, em conjunto com Corregedoria Regional Eleitoral e Secretaria Judiciária, dos treinamentos em EAD e presenciais do PJe.

Por tratar-se de projeto prioritário da Administração deste Tribunal, que envolveu a capacitação de mais de quatrocentas pessoas, dentre servidores, juízes e promotores, executou-se o orçamento reservado para capacitação no PJe – R\$ 126.000,00 (cento e vinte e seis mil reais) – para workshops presenciais dos servidores das ZEs. Os workshops, promovidos em parceria com a Corregedoria Regional Eleitoral e com a Secretaria Judiciária, ocorreram em período anterior aos EaDs disponibilizados pelo TSE e gerenciados pela EJESC. Em virtude do ambiente virtual de aprendizagem do TSE

não prever fóruns para envio de questionamentos e dúvidas aos tutores, foram criadas salas de aula paralelas no TRESA para prover a funcionalidade dos fóruns de dúvidas. Esta sistemática exigiu que os estudantes visualizassem os tutoriais no ambiente do TSE e enviassem suas dúvidas no ambiente do TRESA.

Aos juízes e promotores eleitorais foi disponibilizado treinamento em EAD específico no ambiente do TSE.

Além disso, também foi envolvido o público externo – advogados e partidos políticos –, com influência direta para as eleições municipais de 2020.

Nesse contexto, a EJESC cumpriu o compromisso de apoiar e disponibilizar sua estrutura para que a capacitação oferecida atingisse os resultados esperados.

## **11. Mulheres na Política. Elas Podem. O País Precisa.**

**Relevância:** Análise e disseminação de questões importantes para demonstrar a importância da participação feminina na política como forma de desenvolvimento da democracia.

### **Síntese:**

Realizou-se uma edição da campanha, em parceria com a ALESC, por meio de palestra proferida por juíza eleitoral e por servidora em São Miguel do Oeste.

Notícia em: <http://www.tre-sc.jus.br/imprensa/noticias-tre-sc/2019/Agosto/seminario-201cmulheres-na-politica-elas-podem-o-pais-precisa201d-sera-realizado-em-sao-miguel-do-oeste-no-proximo-sabado-17>

A cartilha da campanha foi revisada pela EJESC e pela Seção de Legislação, Jurisprudência e Biblioteca da Coordenadoria de Gestão da Informação, não tendo sido impressa (sustentabilidade e contenção de despesas).

## **12. Palestra de Acessibilidade.**

**Relevância:** conscientização acerca da necessidade de eliminação de barreiras físicas para fomentar o acesso de todos aos serviços e às instituições.

**Síntese:**

A palestra objetivou conscientizar os servidores e demais agentes públicos quanto a eliminação de barreiras e construção da acessibilidade.

Em vista da inexistência, no âmbito do TRESA, de uma unidade executiva para dar apoio à Comissão Permanente de Acessibilidade, a EJESC e a SGP passaram a apoiar a referida Comissão, tendo em vista o alcance de capacitação e desenvolvimento que tais eventos podem alcançar.

O mencionado evento, intitulado “Acessibilidade eleitoral e acessibilidade em prédios públicos e privados de uso coletivo e a atuação do MPSC”, contou com a participação do Juiz Presidente da Comissão de Acessibilidade, do Juiz Diretor da EJESC, de representantes do MPSC (indicado pelo Centro de Apoio de Direitos Humanos), do CAU/SC, da Associação Florianopolitana de Deficientes Físicos (AFLODEF) e da Federação das APAEs.

**Público:** Além de 63 espectadores, servidores do TRESA também estiveram presentes, mas não se inscreveram no evento.

**Matéria:** <http://www.tre-sc.jus.br/imprensa/noticias-tre-sc/2019/Dezembro/palestra-sobre-acessibilidade-e-realizada-no-tre-sc-no-dia-internacional-das-pessoas-com-deficiencia>

**Íntegra do evento:** <https://www.youtube.com/watch?v=0caQ3Qu4LkU&t=4681s>

### 13. Conhecendo a Justiça Eleitoral Catarinense.

**Relevância:** difundir a prática da cidadania por meio do conhecimento do funcionamento da Justiça Eleitoral.

**Síntese:**

Foi realizada visita, coordenada em parceria com a Secretaria Judiciária, com turmas do Centro Educacional Menino Jesus.

**Público:** No ano de 2019, 5 turmas do Centro Educacional Menino Jesus (CEMJ) visitaram as dependências do TRESA, totalizando 120 alunos. Além disso, 1 turma do curso de Direito da UNISOCIESC, com 50 alunos, veio conhecer a estrutura e atribuições da Justiça Eleitoral.

## 14. Brigadistas Voluntários.

**Relevância:** conscientização e preparação de servidores para atuação em situações de emergência.

**Síntese:**

A EJESC coordenou a realização do curso que é requisito para vistoria do prédio do TRESA pelos Bombeiros - PAE nº 24.935/2019. A demanda atribuída em meados de 2016 à EJESC foi concretizada com muito esforço – por questões de agenda – e gratuitamente por parte dos Bombeiros.

Importante registrar algumas informações repassadas pelo Sub-Tenente Jacynir, segundo o qual os brigadistas precisarão fazer mais 2 novos cursos: Grupo de Abandono (duração de 3h/aula); e Evacuação do Edifício (duração de 2h/aula).

Ainda, deverá ser designado um Chefe da Brigada de Incêndio, que terá as atribuições previstas na IN.28 do CBMSC.

Independentemente da realização desses cursos, será possível protocolar o pedido de vistoria para a obtenção do Alvará de Funcionamento do edifício, mediante a apresentação do Plano de Implantação da Brigada. O alvará, porém, ficará condicionado à realização dos cursos. Assim, é importante que sejam programados para o início de 2020, quando, possivelmente, já teremos os sistemas vitais e o Sistema de Alarme e Detecção de Incêndio instalados.

Para realização do evento, contou-se ainda com o apoio da PMSC, que disponibilizou um ônibus para transporte dos servidores até uma guarnição dos Bombeiros, onde foi realizada a prática de atividades envolvidas no curso, utilizando-se dos materiais adquiridos para tal finalidade.

A lista dos participantes foi encaminhada à CDO para os devidos registros.

## 15. Treinamentos Voltados às Eleições Comunitárias.

**Relevância:** Proporcionar uniformização de procedimentos na realização de eleições comunitárias aos agentes envolvidos na tarefa de mesário e técnico de urna.

**Síntese:**

A EJESC ofereceu 7 cursos a distância com abrangência de 2.690 estudantes, que foram treinados para atuação nas eleições comunitárias de 2019.

As eleições envolveram o IFC Blumenau, Prefeito Mirim de Caçador, conselhos Tutelares e eleições complementares para estes conselhos, Colégio Visão de Palhoça e São José, UNIVILLE, UDESC, Vereador Mirim de Videira e IFSC Florianópolis.

## 16. LICENÇAS CAPACITAÇÃO

**Relevância:** Treinamento e qualificação dos servidores do Tribunal.

### Síntese:

A EJESC realiza do controle das licenças para capacitação. Neste exercício foram aproximadamente 110 requerimentos formulados pelos servidores que tramitaram pela unidade.

### Outras informações relevantes:

#### Detalhamento dos Cursos em EAD realizados em 2019:

Curso	Participantes
Aplicação do Fundo Partidário - Part. Mulheres (TRESC)	46
Aplicação do Fundo Partidário - Part. Mulheres (Servidores)	146
Aplicação do Fundo Partidário - Part. Mulheres (Magistrados)	11
Aplicação do Fundo Partidário - Part. Mulheres (Púb. Externo)	175
Biometria - Atendimento: Novos Colaboradores - Edição 2019	10
Biometria - Atendimento ao Eleitor (intranet)	135
Excelência no Atendimento ao Cidadão - Turma 01	27
Excelência no Atendimento ao Cidadão - Turma 02	71
Excelência no Atendimento ao Cidadão - Turma 03	78
Técnicos de Urna - Instituto Federal Catarinense	24
Mesários: Eleição Mirim de Caçador	25
Formação de Tutores - PJe	10

# AÇÕES E PROJETOS - 2019

<b>Atendimento ao Eleitor: Novos Colaboradores - Turma 01</b>	91
<b>Atendimento ao Eleitor: Novos Colaboradores - Turma 02</b>	103
<b>PJe Zonas Eleitorais - Turma 01</b>	47
<b>PJe Zonas Eleitorais - Turma 02</b>	331
<b>PJe Zonas Eleitorais - Turma 03</b>	23
<b>Gerenciamento de Projetos Eleitorais - Turma 01</b>	80
<b>Gerenciamento de Projetos Eleitorais - Turma 02</b>	40
<b>Mesários - Conselhos Tutelares</b>	1.988
<b>Técnicos de Urna - Conselhos Tutelares</b>	169

Cursos realizados, com finalização prevista para a semana anterior ao recesso:

Excelência no Atendimento ao Cidadão - Turma 03

Atendimento ao Eleitor: Novos Colaboradores - Turma 02

Mesários - Conselhos Tutelares – Eleições Suplementares

Técnicos de Urna - Conselhos Tutelares – Eleições Suplementares

Cursos em desenvolvimento: Gestão de Contratos e Acessibilidade.

Desenvolvimento da identidade visual dos cursos da Eleição 2020.

Definição do plano de capacitação das eleições e planejamento das atividades vinculadas a cada curso.

## Demonstrações Financeiras

### DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

PROGRAMA DE TRABALHO: 02.122.0570.20GP.0042

DENOMINAÇÃO: JULGAMENTO DE CAUSAS E GESTÃO ADMINISTRATIVA NO ESTADO DE SC

PTRES: 084726

<b>Previsão</b>	R\$ 481.201,00
<b>Valor utilizado</b>	R\$ 480.606,36
<b>ORÇAMENTO EXECUTADO</b>	99,88%

## Informações do Tribunal

Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Escola Judiciária Eleitoral de Santa Catarina

Secretaria Executiva

Assistência de Assuntos Acadêmicos e Pedagógicos - AAAP

Assistência de Cursos, Eventos e Registros Acadêmicos - ACERA

Assistência de Ensino a Distância - AEAD

Assistência de Ações Institucionais - AAI

**Telefone:** (48) 3251-3798

<http://www.tre-sc.jus.br/o-tre/escola-judiciaria-eleitoral/institucional>

